



SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL PORTUÁRIA

Local: NAVEGANTES e ITAJAÍ – SC

Data: 08 e 09 de abril de 2010.

Dia 08/04 –

08:45 h às 12:00 h – Visita Técnica ao Porto de Navegantes – PORTONAVE.

A CPNP foi recebida pela administração do terminal portuário que ofereceu um café-da-manhã e em seguida, fez uma apresentação da PORTONAVE desde a sua construção até o momento atual: investimentos, potencialidades, produtividade, entre outros dados estatísticos do empreendimento. Dando continuidade, a CPNP, após identificação biométrica e recebimento dos EPI adequados, teve acesso à área operacional e se deslocou em um ônibus cedido pela empresa. Foram visitadas todas as áreas operacionais, com algumas paradas para explicações nos respectivos locais de trabalho, onde foram feitas observações quanto ao cumprimento da NR 29 naquele terminal. Uma vez encerrada a visita na área operacional pela manhã, os membros da CPNP foram convidados para almoço no refeitório do porto no horário previsto da programação.

14:00 às 17:00 h - Reunião Tripartite com a comunidade portuária local para análise e discussão das observações da visita ao terminal portuário e aplicação da NR 29.

No auditório da PORTONAVE, contando com a presença de diversas representações de trabalhadores, de governo e do patronato, coube ao coordenador da CPNP explicar aos presentes a dinâmica, objetivo e metodologia do encontro. Foram tratados os seguintes assuntos durante o encontro:

1. NR 29 compatível com a existência de SESMT e CIPA, devido a não utilização de Trabalhadores Portuários Avulsos nas operações daquele terminal portuário;
2. Questionamentos sobre o número de trabalhadores e jornada, intervalos de descanso e suas repercussões sobre a saúde, principalmente dos operadores de aparelhos portuários (porteíneres, transteíneres e empilhadeiras);
3. Estatísticas de afastamentos por acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho;
4. A não utilização de sinaleiro para as operações de estivação de contêineres e a condição de polivalência dos empregados envolvidos naquelas operações;
5. Análise ergonômica anual realizada pela empresa;
6. Política de treinamentos da empresa e seleção de novos trabalhadores, utilização de simulador de operações portuárias e cem horas de treinamento;
7. Política de cargos e salários da empresa;

8. Encerramento com a palavra do Sr. Castilhos – gerente do terminal.

Dia 09/04 - 08:45 h às 14 h – 18ª Reunião Ordinária da CPNP.

- **Local: Auditório da Administração do Porto de Itajaí - SC**

O coordenador explicou para os não membros da comissão presentes no auditório, o funcionamento da comissão a fim de orientar sobre os procedimentos e a forma de participação na reunião.

Após verificação do quorum e leitura das justificativas de ausências, foi constatado que atendia ao Regimento Interno de funcionamento da CPNP. A seguir procedeu à leitura da Ata da 17ª Reunião Ordinária da CPNP – Rio de Janeiro maio/2009. Que foi aprovada. Ausências: FNP, CNC e CNI, este último presente no dia anterior.

Foram distribuídos aos membros presentes a pauta e demais materiais previamente disponibilizados a cada integrante da CPNP.

Informou sobre as alterações no Regimento Interno da CPNP, devidamente aprovadas na reunião anterior, que foram a retirada do GEMPO como observador, a inclusão da Secretaria Especial de Portos (SEP) como membro titular na bancada de governo e a correção no texto do Art. 7º para especificar reuniões “ordinárias”. Esclareceu que convidou a ANTAQ para aquela reunião, dada a importância da presença daquele ente de governo e suas implicações nos assuntos portuários. A coordenação salientou a dificuldade sobre a definição dos representantes oficiais das entidades que participam da comissão, uma vez que ao ocorrer mudanças não há comunicação adequada ao DSST.

Em seguida, com a palavra a representação patronal Sr. Milton Tito solicitou que as decisões tomadas pela comissão tenham continuidade, reclamando pelo cancelamento da última reunião de 2009, que interrompeu completamente o planejamento da CPNP.

A seguir o Superintendente do Porto de Itajaí compareceu à reunião para dar boas vindas e fez uma breve apresentação sobre sua administração e a inclusão da PORTONAVE no complexo portuário local.

Em cumprimento à pauta o titular da Fundacentro, informou sobre a publicação, ainda este ano, do Manual Técnico, aprovada pela comissão editorial da entidade com tiragem de 5000 exemplares. Comentou que o congresso nacional de segurança e saúde no trabalho portuário e aquaviário também fôra aprovado e que seria necessária a formação de uma comissão executiva do congresso. Quanto à RTPP de operações com granel seco, cujo conteúdo apresentado na reunião de Salvador e que, por falta de quorum para debate e possível aprovação, foi novamente trazido à discussão, solicitou à bancada patronal que fizesse uma análise mais profunda da questão da RTPP. A Sra. Maria Muccilo falou sobre a importância de realizar melhor interpretação da norma. A Sra. Rosângela acentuou a relevância dos anexos e das recomendações das normas, argumentando que em se tratando de um Anexo à NR 29 poderia ser fiscalizado e autuado, mas na forma de Recomendação tal não poderia ocorrer. O membro Milton

Tito questionou se a RTPP seria um documento orientador ou mais um ônus para o setor produtivo. Se fosse orientador seria bem vindo, caso contrário não será aprovado pela bancada patronal.

Com a palavra o novo titular da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Sr. Luiz Antonio Fayet se apresentou relatando as dificuldades de se trabalhar no país, expondo dois programas da CNA, um de base ecológica e outro sobre as relações de trabalho. Argumentou que uma norma não poderia ser conflitante com as normas de outros ministérios ou de outras instâncias, pois poderiam paralisar o setor produtivo do país.

O Sr. Ernani Pereira Pinto, titular da bancada laboral, argumentou no sentido de se fortalecer a posição da FUNDACENTRO, de divulgar as questões de segurança e a realização do congresso como fórum aberto para trocar informações e idéias sobre a NR 29. O Manual Técnico seria outra medida importante devido à desinformação sobre o trabalho portuário. Os mesmos comentários foram apoiados pelo representante dos trabalhadores, Sr. José Adilson Pereira, da CONTTMAF. Após manifestação da bancada patronal sobre a dificuldade de realização de um congresso nacional ainda em 2010, todos concordaram que deveria ser iniciado o trabalho de organização, com a constituição da comissão executiva para o planejamento, sendo nomeados para a representação laboral os Srs. Ernani como titular e José Adilson para suplente. A bancada patronal ficou de indicar um nome para a comissão, através de ofício, e a do governo terá os representantes da Fundacentro, DPC e DSST.

Em prosseguimento, o Sr. Rinaldo Almeida, Coordenador Nacional da Inspeção de Trabalho Portuário e Aquaviário, se apresentou e expôs suas atividades relatando sobre sua experiência maior no setor aquaviário e que, entretanto, gostaria de se aprofundar na questão de SST portuária. Elogiou a dinâmica do encontro adotada pela comissão: visitas nos locais de trabalho e audiência com a comunidade portuária local para verificar a aplicação da NR 29.

Sobre o item da pauta referente aos dados de Acidentes do Trabalho, tarefa destinada ao setor patronal, reiterou àquela representação que providenciasse junto aos OGMOs do país uma consolidação estatística sobre o tema, a ser apresentada na próxima reunião, pois o assunto seria novamente incluído em pauta. Alertou que para uma melhor visão do sistema seria a inclusão, também, das informações sobre os acidentes do trabalho em operações portuárias, ocorridos com trabalhadores portuários com vínculo empregatício por tempo indeterminado.

A seguir entrou em debate a proposta do setor patronal, antes enviada aos componentes da CPNP

Acrescentar item 29.3.8.5- sobre cobertura de vagões com graneis sólidos

A mudança na adoção do IMDG\CODE para a Manipulação de Cargas Perigosas NBR 14253.

O Sr. Milton Tito defendeu a proposta argumentando que isso tem tirado mercado de trabalho no Brasil e ilustrou com um caso ocorrido com uma carga de isqueiros que não pode ficar estocada no pátio de um porto por causa de sua classificação e enfatizou que dessa forma tais ocorrências estariam causando problemas para a cabotagem. O coordenador alertou sobre as dificuldades em adquirir as NBRs pertinentes ao assunto.

Entretanto informou que não haveria urgência quanto ao tema, mas que o mesmo deveria ser estudado e debatido para se tomar uma decisão. A bancada dos trabalhadores ficou de estudar a questão.

Em prosseguimento, alterando a sequência da pauta, foi facultada a palavra à representante do DSST Sra. Rosângela Mendes (SRTE-SP) que enviou proposta de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) adotados no Porto de Santos, abordando exceções da NR 29 como a questão do uso de sprayer manual e o uso de cambão em contêineres avariados. Relatou que em Santos os procedimentos são homologados pelo CAP, pela autoridade portuária e a Marinha, e os trabalhadores portuários têm sido treinados. Entende que há necessidade de padronização de como deveria ser um quadro posicionador, e a funda, entre outros acessórios de estivagem. Questionada pelo coordenador se a proposta seria um anexo à NR 29 ou poderia fazer parte como RTPP, a proponente confirmou que a comissão deveria definir a melhor forma. O Sr. Milton Tito alegou que embora relevante, o trabalho seria do Porto de Santos, cuja adoção poderia ser extrapolada para todos os portos brasileiros através da NR 29. A Sra. Rosângela argumentou que os POP foram importantes para diminuição dos acidentes em Santos, e que poderiam ser pinçados alguns itens para compor um anexo à NR 29. Após longa discussão sobre a proposta, o coordenador sugeriu que o texto deveria ser filtrado para que fossem retiradas questões mais locais e que o texto tivesse uma abrangência nacional para posterior apreciação na próxima reunião da comissão, o que foi aceito pelos presentes.

Em continuação, foi passada a palavra para o representante convidado da ANTAQ, Sr. Ricardo Freire, que fez uma exposição do projeto daquela Agência quanto à regulamentação sobre a movimentação e armazenagem de Cargas Perigosas nos portos. Na oportunidade apresentou PPT, informando o cuidado que está sendo adotado em reunir todas as vertentes de legislação sobre o tema e a harmonização de ações entre os entes públicos, pois tal assunto estaria ligado diretamente ao item 29.6 da NR 29. A respeito o Sr. Armando Ribeiro Moreira, representante do Ministério dos Transportes, informou que as Normas expedidas pela ANTAQ por meio de Resoluções, são precedidas de oitiva do MT, que elabora a política para o setor, e, após a realização de audiências públicas e a apreciação final do texto pelo mesmo MT são então publicadas. O Sr. Ricardo Freire explicou o funcionamento da ANTAQ na regulação do setor aquaviário e externou o propósito da Agência em ter titularidade na CPNP. Após breve discussão sobre a questão apresentada, o coordenador se comprometeu a estudar uma forma regimental sobre a inclusão solicitada, após consulta ao DSST, uma vez que a paridade de representações deveria ser respeitada na composição da comissão.

Outros assuntos:

- 1- O Sr. Ernani Pereira da CONTTMAFF se disse preocupado com a fala do pessoal da PORTONAVE ao afirmarem que estariam fora do porto organizado. Comentou também a fala do superintendente dos Portos de Itajaí sobre sua questão de ser síndico do sistema. Afirmou que além da preocupação do pensamento exposto “ser apenas síndico”, a Companhia Docas é muito mais do

que isso, pois pelo o que dispõe a lei 8630/93 ela é constituída Autoridade e como autoridade deve se portar como tal.

- 2- Apresentação pelo Sr. Jose Adilson do projeto Acidente Zero implantado no Terminal de Produtos Siderúrgicos – Praia Mole, em Vitória no ES, e os resultados positivos que estavam sendo obtidos com o engajamento patronal e laboral no projeto.
- 3- O Sr. Luis A. Fayet da CNA fez uma exposição detalhada em PPT sobre o agronegócio brasileiro, suas oportunidades e desafios, atualizando com isso os membros da CPNP a respeito das projeções de produção e movimentação das commodities agrícolas pelos portos do país e a preocupação do setor patronal quanto à logística e infraestrutura em transporte e portuária, quando do escoamento das cargas. Entregou ao coordenador cópia de sua apresentação.
- 4- Ultimo assunto: indicação do local e data da próxima reunião ordinária da CPNP: ficou acordada pelos presentes a sua realização em São Luiz – MA, nos dias 12 e 13 de agosto de 2010.

Com nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião, cuja ata foi por mim redigida, Antônio Carlos Garcia Jr., na qualidade de secretário, e será enviada a todos os membros da comissão para correções ou acréscimos que entendam pertinentes.

José Emilio Magro.
Coordenador da CPNP

10 de maio de 2010.